

A TEMÁTICA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS E O DESAFIO DE REINVENTAR AS PRÁTICAS NA SALA DE AULA

Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/NEABI/Campus Guarabira)¹

waldecifc@gmail.com

RESUMO

O nosso propósito neste trabalho é analisar a temática das relações étnico-raciais na formação continuada de professores/as da educação básica e o desafio destes de reinventar as suas práticas na sala de aula. Por que nem sempre o acesso a temática das relações étnico-raciais na formação continuada é a garantia de que as práticas em sala de aula serão reinventadas? O que impede professores/as de trabalhar cotidianamente com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana? Estas questões norteiam a discussão formulada neste trabalho construída a partir da análise da experiência de formação continuada vivenciada junto aos professores/as de uma escola pública na cidade de João Pessoa. Para tanto, analisamos os conteúdos ministrados e observamos as práticas de alguns docentes em sala de aula, e relacionamo-las com o que estudaram na formação. Os resultados apontaram os seguintes caminhos: a formação não é encarada como algo a mudar o fazer em sala de aula; esse se constitui coeso a um currículo difícil de ser quebrado, uma vez que faz parte da tradição escolar. Por outro lado, a história e cultura afro-brasileira e africana são concebidos como estranhos ao fazer escolar, e portanto, difícil, haja vista, quebrar a ordem vigente no livro didático. Trata-se de uma temática que transcende a sala de aula e implica em implodir a escola por dentro, ou seja, ultrapassar a perspectiva eurocêntrica inerente ao currículo, questão percebida por professores/as, no entanto, poucos/as se dispõem a tal, a maioria limita-se a realizar ações isoladas e pontuais.

Palavras-chave: currículo escolar, relações étnico-raciais, formação continuada.

INTRODUÇÃO

Desde 2003, quando a Lei 10.639/2003 foi sancionada e alterou a LDB 9.394/1996 as escolas da educação básica se tornaram obrigadas a implementar no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. O sancionamento dessa lei e do Parecer CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, assim como a Resolução CNE 01/2004, detalham os deveres dos estados e municípios na implementação dos conteúdos que ela demanda.

Esse conjunto de documentos passaram a orientar a concretização da educação das relações étnico-raciais, e chamam a atenção dos gestores educacionais para:

{...} o reconhecimento da diversidade cultural e da desigual distribuição de oportunidades sociais entre diversos segmentos e grupos da população, a

¹ Doutor em História pela UFPE, Professor do Departamento de História da UEPB, Campus Guarabira onde leciona História da África e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Integra a Equipe do NEABI/UEPB/Guarabira.

disposição positiva para a convivência democrática entre grupos e culturas e a efetivação da paridade de direitos sociais (GOMES, 2012, p.09).

A aprovação dessa legislação e as mudanças no campo educacional foram frutos das ações e intervenções dos movimentos sociais negros, assim como de intelectuais progressistas e principais críticos da ideia de democracia racial no Brasil. A medida que se almejava dos gestores/as o reconhecimento da diversidade, denunciava-se o racismo, o que fez com que as políticas de ações afirmativas para negros fossem implementadas como medidas para se enfrentar o racismo. Nesse processo:

O Movimento Negro é o protagonista central que conseguiu dar maior visibilidade ao racismo e sua dinâmica de apagamento no conjunto da sociedade, ao mito da democracia racial, demandando a implicação do Estado para a efetivação da paridade de direitos sociais. Colaboram, para o reconhecimento dessa problemática social e para a construção de uma política para a diversidade e para educação das relações étnico-raciais na escola, nesse contexto, a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), os dados sociodemográficos que demonstram a condição de desigualdade racial divulgados pelo IPEA (2001), a realização da 3.a Conferência de Durban, a criação da SEPPIR (2003) e da SECAD (2004) (GOMES, 2012, p.23).

Em meio a esse contexto as universidades tiveram que fazer algo em prol dessa exigência, haja vista ser espaços de formação de professores/as. A partir de então, o currículo dos cursos de licenciaturas foram renovados e componentes curriculares relativos a temática das relações étnico-raciais inseridos. Mas uma questão surgira. O que fazer com professores/as que estão no exercício da profissão, e durante a formação não tiveram acesso aos conteúdos relacionados a temática étnico-racial? Essa realidade levou as IES a propor cursos de extensão, especialização destinados a esses profissionais na perspectiva de suprir a demanda imposta pela Lei 10.639/2003.

Desta feita, o nosso objetivo neste trabalho é analisar a temática das relações étnico-raciais na formação continuada e nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula por um grupo de professores/as da Escola Quilombola Prof.^a Antônia do Socorro Silva Machado, e que são egressos do Projeto de Extensão: Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula, ofertado pela UEPB, Campus Guarabira. A pesquisa demonstrou que apesar de os/as professores/as na formação continuada terem tido acesso aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, nem sempre transpuseram para suas práticas cotidianas em sala de aula os conteúdos aprendidos, e quando o fizeram isso não se fez a contento, mas de modo pontual e descontinuo; produto da ação individual de alguns, e não como decorrente de uma política pública. Essa realidade se associa ao que outros/as pesquisadores/as identificaram

quando nas suas pesquisas se debruçaram sobre a temática racial. De acordo com Gomes (2012):

As pesquisas sobre relações raciais e educação realizadas por (SANTANA, 2003, 2004; ABRAMOVAY; CASTRO, 2006; SOUZA; CROSO, 2007; GOMES et al., 2006; MONTEIRO, 2010) vêm apontando a existência de práticas pedagógicas de educação das relações étnico-raciais desenvolvidas espontaneamente por educadores(as) interessados no tema por vários motivos. Em virtude do caráter de empenho individual, tais práticas geralmente não têm continuidade nem conseguem ser socializadas e divulgadas para além do local onde se realizam.

A pesquisa nacional sobre a prática docente com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana coordenada pela Professora Nilma Lino Gomes teve como objetivo:

Identificar, mapear e analisar as iniciativas desenvolvidas pelas redes públicas de ensino e as práticas pedagógicas realizadas por escolas pertencentes a essas redes na perspectiva da Lei n.º 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio do país (GOMES, 2012, p.08).

A pesquisa demonstrou que as práticas docentes com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana existentes Brasil a fora são práticas individuais e não institucionalizadas, caracterizadas, sobretudo, pela descontinuidade. Essa realidade é decorrente de uma série de questões, que de acordo com Gomes (2012) tendem a se complicar quando são observadas por regiões, por isso, essa pesquisadora alerta para a necessidade de:

{...} observar-se que o potencial das redes de ensino, as condições de trabalho nas escolas, o desenvolvimento de formas participativas de gestão do sistema e das escolas, a presença ou não de formação continuada dos(as) educadores(as) apresentam nuances significativas quando se considera a localização regional das escolas participantes (GOMES, 2012, p.21).

Há um fazer na escola espaço da pesquisa que se aproxima da realidade identificada por Gomes (2012) quando analisou as práticas pedagógicas relacionadas a implementação da Lei 10.639/2003. Ainda que as práticas identificadas não sejam o que essa lei obriga, são relevantes, sobretudo, porque tem possibilitado professores/as refletirem sobre a construção do currículo escolar. Transpor para a sala de aula os conteúdos estudados na formação continuada significou ultrapassar a perspectiva eurocentrica do currículo, fazer isso ainda é um desafio a ser superado.

DESENVOLVIMENTO

A temática das relações étnico-raciais na educação básica deveria ser tema comum, ou seja, está implemetado no currículo escolar desde há muito tempo, e assim nas escolas públicas e privadas no Brasil se ensinar e aprender sobre história e cultura afro-brasileira e indígena, haja vista essa nação ser formada pelas culturas indígenas, negras e européias. Apesar de essa necessidade ser legítima, isso não é a realidade da educação brasileira, a existencia da Lei 10.639/2003 que obrigar o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, os currículos das instituições escolares se mantém eurocentricos. No entanto, isso não quer dizer que práticas pedagógicas relacionadas ao que determina essa lei não existam, elas existem, mas não são condizentes, conforme demonstrou Gomes (2012) na sua pesquisa.

A obrigatoriedade de se ensinar história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, despertou a atenção de alguns pesquisadores/as, haja vista haver uma produção acadêmica preocupada em analisar essa temática, sobretudo, se ela está nas práticas de professores/as da educação básica.

Desta feita, analisar a produção acadêmica, e se apropriar das discussões formuladas por diferentes estudiosos é relevante, haja vista possibilitar ao/a pesquisador perceber a realidade do ensino de temáticas das relações étnico-raciais nas escolas e na formação de professores/as, e assim inferir se os currículos nas escolas da educação básica estão sendo reinventados, conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana.

A produção do conhecimento sobre a questão racial é recorrente na academia e vários pesquisadores/as que discutem sobre formação de professores/as nos seus trabalhos trazem tal temática. Em meio a esse contexto são pertinentes as questões formuladas por Santiago & Batista Neto (2010) visto no trabalho intitulado “As questões raciais como objeto de pesquisa em Educação no PPGE/UFPE”, analisarem-no:

os estudos desenvolvidos na área da educação que se ocupam da temática racial. Portanto, trata da produção acadêmica produzida no PPGE sobre as questões raciais, considerando objetos e abordagens metodológicas que os/as autores/as lançaram mãos para construir seus processos de produção do conhecimento (SANTIAGO & BATISTA NETO, 2010, pp. 14/15).

No seu trabalho esses autores revelaram que as pesquisas sobre a questão racial na produção do PPGE da UFPE, portanto, na formação de professores/as se fundamentaram em

quatro temas a saber: 1) trajetórias de escolarização, socialização e formação da população negra; 2) o conhecimento produzido sobre o negro; 3) as representações, identidades e práticas de pessoas negras; 4) as políticas de ações afirmativas, os programas e as práticas de inserção e de intervenção sócio educativa (SANTIAGO & BATISTA NETO, 2010, pp. 27/28). Tratam-se de temas recorrentes, visto que ao longo do período 1999-2009 foram identificados 11 trabalhos entre dissertações de mestrado e teses de doutorado. Neste trabalho dialogamos com estes e outros autores, visto haver entre as pesquisas por eles realizadas pontos de convergências que auxiliam na discussão, e evidenciam a existência de um fazer pedagógico com a temática das relações étnico-raciais que perpassa pela formação docente e reverbera na prática cotidiana em sala de aula. Fazemos algumas incursões na temática das relações étnico-raciais que compo o Curso de Formação Continuada Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula desenvolvido no ano de 2016 junto aos professores/as da escola campo da pesquisa, e discutimos a experiência de transposição dos conteúdos trabalhados neste curso para o cotidiano da sala de aula. Analisamos a prática de três professores/as, sendo 01 do fundamental I, 01 do fundamental II, e 01 do do EJA. A escolha dessa amostra se fez em função de os/as professores/as atuarem em modalidades de ensino diferentes e em turnos distintos, o que nos possibilitou acompanhar o fazer em sala de aula.

A REINVENÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SALA DE AULA

Com a promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 as escolas da educação básica em todo país tornaram-se obrigadas a implementar nos seus currículos os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e assim instituir a educação das relações étnico-raciais. A obrigatoriedade estabelecida por ambas às leis também incidiu sobre as instituições de ensino superior, uma vez que são as responsáveis pela formação dos/as professores/as que atuam nessa modalidade de educação. Foi fundamentado nessa legislação que propomos aos docentes da escola campo da pesquisa, o curso de extensão Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula, com o objetivo de possibilitar-lhes refletirem sobre as suas práticas pedagógicas quanto à efetivação dos conteúdos demandados por tal legislação e assim descolonizar o currículo escolar.

O primeiro ato resultado da formação foi à reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola; prática que está em consonância com a efetivação da educação étnico-racial, pois de acordo com as orientações para a legitimidade dessa modalidade de educação, cabe à rede pública de ensino, em especial a escola:

Reformular ou formular junto à comunidade escolar o seu Projeto Político Pedagógico adequando o seu currículo ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme Parecer CNE/CP 03/2004 e as regulamentações dos seus conselhos de educação, assim como os conteúdos propostos nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes, Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 2009, p.38). Grifo nosso.

A partir de então identificamos mudanças no comportamento de alguns professores/as, sobretudo, no que diz respeito às práticas pedagógicas, visto que passaram a inserir os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na sala de aula.

As mudanças foram mais recorrentes entre professores/as do fundamental I, e com menor incidência entre os do ensino fundamental II, principalmente os/as professores/as de Ensino Religioso e História. Embora professores/as dessa área do conhecimento tenham participado da formação, não identificamos na escola nenhuma prática advinda dos profissionais dessa área de conhecimento. No geral, a religiosidade afro-brasileira e indígena foi pouco ou não trabalhada, seja pelos professores/as de Ensino Religioso, assim como de outras áreas de conhecimento. Mesmo que tenhamos trabalhado a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na perspectiva da resistência, professores/as quando se referiram a esses conteúdos em sala de aula, nem sempre ultrapassaram a perspectiva da escravidão e do preconceito racial, conforme demonstrado nos quadros abaixo.



Fonte: Acervo da EMEIF Antônia do Socorro Silva Machado

À medida que os módulos do curso transcorreram, e professores/as foram incorporando as suas atividades em sala de aula os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e relacionando-os com o Projeto Político Pedagógico da escola foram mudando a forma de abordá-los, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Fonte: Acervo da EMEIF Antônia do Socorro Silva Machado

A mudança na forma de abordar os conteúdos em sala de aula é uma evidencia da nova postura de professores/as com relação as práticas pedagógicas; o que foi demonstrado também nos gêneros discursivos utilizados, visto que os alunos/as demonstraram a construção do conhecimento usando o cartaz, mais também a relação com as expressões artísticas, a exemplo da dança, o teatro e a música, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Fonte: Acervo da EMEIF Antônia do Socorro Silva Machado

A música esteve presente na sala de aula na associação com os conteúdos trabalhados, principalmente na prática desenvolvida pelos/as professores/as do ensino fundamental I, como foi o caso da música Tabuleiro da Baiana, de Ary Barroso, cantada por Dorival Caymmi, cuja letra faz referência às diversas expressões da cultura afro-brasileira.

No Tabuleiro da Baiana

Dorival Caymmi

Compositor: Ary Barroso

No tabuleiro da Baiana tem
Vatapá, Caruru, Mungunzá tem **Ungu** pra iô iô

Se eu pedir você me da
o seu coração, seu amor de ia ia

No coração da Baiana também tem
Sedução, **canjerê**, ilusão, **candomblé**

Pra você
Juro por Deus, pelo Senhor do Bonfim
quero você Baianinha inteirinha pra mim

E depois o que será de nós dois?
Seu amor é tão Fugaz e enganador

Tudo já fiz, fui até no canjerê
Pra ser feliz, meus trapinhos juntar com você

E depois vai ser mais uma ilusão
no amor que governa o coração.

Na aula, os/as alunos/as ao dançarem, expressaram o conhecimento através das coreografias, ritmos e roupas, mais também através da letra da música aprenderam sobre alguns elementos da cultura afro-brasileira, a exemplo da culinária e religiosidade, representadas respectivamente nas palavras vatapá, caruru, mungunzá, canjerê e candomblé.

Outra mudança que identificamos na prática dos/as professores/as foi à relação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena com a realidade da comunidade de Paratibe, o que possibilitou uma das professoras a compor uma música em ritmo de coco e na letra evidenciar a história das pessoas negras desde o tráfico da África a condição em que vivem em Paratibe.

Esse foi um exercício de aprendizagem primeiro para a professora, e, sobretudo, para os/as alunos/as que puderam então se identificar, reconhecer-se no conteúdo trabalhado em sala de aula e assim perceber que a comunidade onde moram possui história e certamente eles também. Afora o aprendizado sobre história da África e das pessoas negras no Brasil também

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

é relevante o conhecimento e a valorização do coco; um dos ritmos musicais inventados pelas pessoas negras e que faz parte do repertório musical e artístico brasileiro, conforme está enunciado na Embolada África, Paratibe.

Embolada (África/Paratibe)

REFRÃO

**EU VOU CANTAR, EU VOU CANTAR
E EU AGORA VOU CONTAR(2X)**

Do território africano
Fui trazido sem vontade
Arrastado feito bicho
Acorrentado por maldade

Afastado de minha terra
Eu perdi o meu valor
Eu vivi dias e noites
De tristeza e muita dor

REFRÃO

Aqui quando eu cheguei
Me acorrentaram como nós
Pois pensavam que com isto
Iam calar a minha voz

Mas, com ela eu cantei
Contei histórias e muito mais
Busquei sempre na memória
O que o outro não me traz

REFRÃO

Fugindo pelo mato
Eu busquei novo lugar
Dei o nome de quilombo
Tive o direito de sonhar

Hoje em outro território
Vim com meus irmãos morar
O seu nome é Paratibe
E sua história vou contar

REFRÃO

Na cidade de João Pessoa
Paratibe é situado
Terra que um dia foi
Um refúgio abençoado

Há 130 anos
Paratibe se formou
Acolheu negro guerreiro
Escravo se refugiou

REFRÃO

Paratibe hoje em dia
Está todo transformado
E toda sua mata
Já foi muito derrubado

E hoje o que lá vemos?
Prédio, estrada e condomínio
Fico muito arrasado
Mas, confio no divino

REFRÃO

No quilombo Paratibe
São mais de 100 famílias
Descendentes africanos
Com histórias de uma vida

Dos açoites, dos chicotes
Nos nossos antepassados
Lágrima, sangue e suor
Já foi muito derramado

REFRÃO

E que todo esse poema
Fique vivo na memória
Pois, eu trouxe para o negro
Um pouco de sua história

Chegará o grande dia
Em que o negro vai dizer
Eu sou negro do Quilombo
Tenho orgulho do meu ser!!!!

REFRÃO (4 VEZES)

Autora: Profª Sandra Ataíde(5º Ano B)

Fonte: Acervo da EMEIF Antônia do Socorro Silva Machado

Outra prática pedagógica significativa desenvolvida na escola foi realizada pelo Professor de Educação Física, qual seja, Os Jogos Afro-brasileira e Indígena, conforme o projeto apresentado.

Identificação Cultural com as Tribos Indígenas do Brasil

Em cumprimento ao que dispõe um dos indicadores de avaliação, do Curso de Formação Continuada “Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula”, que é a socialização de uma experiência realizada com os estudantes em sua sala de aula, apresentamos aqui, através do Relato de Experiência informações ora observadas e vivenciadas durante a realização dos Jogos Escolares: Afro-brasileiros e Indígenas, da Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, ocorrido entre os dias 23 e 29 de setembro de 2016.

Sob o título de “**Identificação Cultural com as Tribos Indígenas do Brasil**” e com o objetivo maior de despertar o interesse e a curiosidade dos estudantes sobre a cultura indígena brasileira, realizou-se de forma interdisciplinar, com o conhecimento e orientações dos docentes de áreas do saber afins e participativa, com o envolvimento dos discentes, foi realizada pesquisa bibliográfica e *on-line*, de caráter exploratório-investigativo. Após inúmeras reflexões e discussões sobre as características sociais e culturais dos primeiros habitantes do Brasil, bem como a realização de atividades e exercícios de assimilação da aprendizagem, os estudantes tiveram a oportunidade de extravasarem seus sentimentos e habilidades através de atividades recreativas e esportivas ou de manifestarem suas emoções através do grito, do xingamento, na dor da derrota ou na alegria da vitória, enfim, acreditamos e percebemos que foi relevante e significativo para o bem estar destes e para o fortalecimento de suas relações, pois o conhecimento, a cooperação e o social estiveram em alta durante a realização do evento (Projeto dos Jogos Escolares Afro-brasileiro e Indígena, 2016. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Quilombola Prof.^a Antônia do Socorro Silva Machado)

Essa atividade consistiu na associação entre os saberes da educação física com os saberes sobre os indígenas. As turmas foram nomeadas com as nações indígenas, e a cada uma foi atribuída a tarefa de pesquisar a história e cultura da nação que representava, conforme consta no projeto dos jogos. Nomeadas as turmas, foi lhes atribuídas a seguintes atividade pedagógica:

Pesquise em livros, revistas, jornais ou na Internet sobre o Povo Indígena Brasileiro que você e sua turma irão representar nos Jogos afro-brasileiros e Indígenas. Destaque em sua pesquisa o Nome que sua Tribo recebeu; Variações na escrita; Significado do nome da Tribo; Língua falada; População; Localização Geográfica; Principais práticas alimentícias; Religiosidade; Usos e costumes; Aspectos culturais, música, dança, artesanato e em seguida coloque no seu caderno as informações e as ilustrações pesquisadas e apresente ao Professor responsável e aos colegas de turma (Projeto dos Jogos Escolares Afro-brasileiro e Indígena, 2016. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Quilombola Prof.^a Antônia do Socorro Silva Machado)

Os Jogos Escolares: Afro-brasileiros e Indígenas, enquanto conteúdo pedagógico foi desenvolvido em consonância com os conteúdos do Curso de Formação Continuada, “**Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula**”, oferecido no chão da escola e nele foram envolvidos todos/as professores/as. Acreditamos esses jogos proporcionaram aos estudantes a oportunidade de participar de situações agradáveis e aos docentes de colocarem em prática os conteúdos apreendidos na Formação Continuada e de verificarem através de observações sistematizadas as vivências dos alunos/alunas nas atividades de cunhos culturais, recreativos e esportivos (Projeto dos Jogos Escolares Afro-brasileiro e Indígena, 2016. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Quilombola Prof.^a Antônia do Socorro Silva Machado).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da relação com a comunidade professores/as refletiram sobre suas práticas, conteúdos ministrados e as relações no cotidiano escolar, e quebraram a hierarquia dos conteúdos e por extensão dos saberes. Nessa nova abordagem metodológica, a comunidade, representada na escola pelos estudantes e seus pais, foram concebidas detentores de saber; um saber que está relacionado aos antepassados afro-brasileiros e indígenas.

Por isso, no transcorrer do Curso de Extensão: **Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula** se chamou atenção dos professores/as para que desse o devido valor à cultura da comunidade de Paratibe, de modo que passassem a reconhecer as expressões e manifestações dos estudantes no que se referem ao vocabulário, as memórias, assim como as manifestações de fé e religiosidades. Essas questões foram trabalhadas nos conteúdos em cada módulo do curso na perspectiva de que professores/as superassem os estereótipos que normalmente atribuem às culturas trazidas pelos estudantes. Por essa razão foram instigados/as a refletir sobre as suas representações acerca da história e cultura afro-brasileira e indígena. Como enxergam e lidam cotidianamente com essa história e cultura, e assim se perceberem parte do universo afro-brasileiro e indígena, mais também distante deste, visto que cotidianamente manifestam comportamento de repulsa e negação dessa temática. Reconhecer-se preconceituoso é uma experiência dolorida, porém necessária, mas que nem todos/as admitem, sobretudo, porque possibilita a mudança de comportamento. Vergonhoso é não reconhecer-se preconceituoso e todos os dias negar-se e aos outros/as sob a falsa ideia de que no Brasil todos/as são iguais.

À medida que as discussões foram fomentadas, professores/as foram revelando o quanto o mito da democracia racial estava presente na sua prática e era o que o impedia de transpor a compreensão sobre a história e a cultura dos povos negros e indígenas para além do que está socialmente posto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos – **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Obriga as escolas públicas e particulares da Educação básica a inserir no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2003.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

CHAGAS, Waldeci Ferreira & CARVALHO, José Élon de. **Relatório Final**, Curso de Extensão: Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula. Guarabira: UEPB, Campus III, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-raciais na Escola na Perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC/Unesco, 2012.

SEDEC/ Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Jogos Escolares**: afro-brasileiros e indígenas. João Pessoa, 2016.

SANTIAGO, Eliete & NETO, José Batista. As Questões Raciais com objeto de Pesquisa em Educação: PPGE/UFPE. In. SANTIAGO, Eliete, SILVA, DELAMA & SILVA, Claudilene. **Educação, Escolarização & Identidade Negra**: 10 anos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no PPGE/UFPE. Recife: Editora da UFPE, 2010.